

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/313670341>

Antônio Conselheiro e João Abade: a teoria do estado e Canudos

Article · January 2017

CITATIONS

7

READS

570

1 author:



[Rodrigo Guimaraes Motta](#)

Pontifical Catholic University of São Paulo

205 PUBLICATIONS 294 CITATIONS

SEE PROFILE

ANTÔNIO CONSELHEIRO E JOÃO ABADE: A TEORIA DO ESTADO E CANUDOS

ANTÔNIO CONSELHEIRO AND JOÃO ABADE: THE THEORY OF STATE AND CANUDOS

RODRIGO GUIMARÃES MOTTA
DOUTORANDO PUC-SP
rodrigo-motta@uol.com.br

Resumo - A partir dos conceitos clássicos da teoria de estado, desenvolvidos por Aristóteles, Thomas Hobbes e Platão, esse artigo analisa as características do estado e da sociedade da cidade de Canudos, fundada no século XIX e liderada por Antônio Conselheiro e seu comandante militar João Abade, que permitiram que a cidade por algum tempo prosperasse e se destacasse no Nordeste brasileiro e que também gerou desconforto tal que por fim foi destruída pelo exército brasileiro, não sem antes oferecer forte e corajosa resistência. O estudo qualitativo desenvolvido se fundamentou em revisão bibliográfica sobre o tema e interpreta os eventos ocorridos em Canudos sob uma perspectiva complementar, avaliando sua evolução a partir das teorias clássica, jusnaturalista e idealista, reconhecendo suas características inovadoras e limitações que terminaram por tornar a cidade um projeto temido, indesejado e algo a ser eliminado pela recém fundada república brasileira.

Palavras-chave: Canudos. História. Sociologia

Abstract - This is a qualitative study, where the author, based on the classical definitions of Aristoteles, Thomas Hobbes and Plato of the state theory, analyzes the characteristics of the government and society of the city of Canudos, founded in the XIX century by Antonio Conselheiro in Brazil, and protected by the commander Joao Abade. These two men allowed the city to develop and prosper in the northeast of Brazil, until it was destroyed by the brazilian army. This exploratory study, based on a literature review of the history of Canudos and the books written by Aristoteles, Hobbes and Plato analyses de innovation and the limits of Canudos that made the city feared, rejected and at the end something to be destroyed by the brazilian republic, using the perspective of the classical state theory, the idealist state theory and the jusnaturalist state theory on a complimentary way.

Keywords: Canudos. History. Sociology.

I. INTRODUÇÃO

Muito já foi escrito sobre a Guerra de Canudos. Clássicos como “Os Sertões” (lançado em 1911, a edição que foi utilizada nesse artigo foi aquela lançada em 2009), obra seminal da sociologia no Brasil e “Canudos: diário de uma expedição” (1939), ambos de Euclides da Cunha, “A Guerra do Fim do Mundo” de Mário Vargas Llosa (2008), são muitos textos das mais diversas qualidades sobre esse épico conflito que aconteceu no Brasil. E que de certa forma, moldou o Brasil como hoje esse país é conhecido.

Resgate-se então o que ocorreu. No final do século XIX, levados pela miséria extrema (parte um fator histórico

característico da região, parte causada por sucessivas secas), dois movimentos sociais começaram a ocorrer no Nordeste brasileiro. O Cangaço, onde bandos de malfeitores se uniam para enriquecer atacando terceiros com um pouco mais de recursos e o Messianismo, onde ascetas pregavam a palavra de Jesus Cristo de acordo com sua interpretação e promoviam obras sociais que melhoravam a situação da população depauperada, como a construção de cemitérios e igrejas. Com aparente pouca relação, além da geografia, esses fenômenos iriam convergir e se potencializar na tremenda batalha de Canudos.

Antônio Conselheiro, personagem de passado obscuro e que passou a pregar para a população miserável daquela região, foi o mais célebre representante do Messianismo. Incansável, pregava continuamente a palavra de Jesus e viajava pelos estados do Nordeste do Império (depois República) do Brasil. Nessas viagens, além de aumentar sua reputação, a ele se uniam milhares de seguidores, que sem esperança nenhuma na vida que levavam, preferiam abandonar sua desesperançada situação e seguir o profeta. Esse é um dos personagens decisivos da Guerra de Canudos e será um dos protagonistas do estudo apresentado nessa monografia.

O outro personagem decisivo na história de Canudos e protagonista do trabalho foi um dos seguidores arrebanhados por Antônio. Pela característica de suas pregações e da população para quem pregava, pessoas das mais diferentes origens e situações sociais se uniam ao séquito do Conselheiro. Como o bando crescia sem parar, um time de homens fortes passou a fazer a segurança dos mesmos, protegendo a todos de ameaças que podiam vir do governo (incomodado pelo crescimento do bando e pelos potenciais tumultos que os mesmos causariam) e de chefes locais (que perdiam os submissos camponeses que moravam e trabalhavam em suas terras e que largavam tudo para seguir Antônio), além de evitar conflitos dentro do próprio séquito, o que sempre poderia acontecer. Sendo assim os cangaceiros arrependidos que abandonavam o banditismo e passaram a seguir o Conselheiro, eram logo escolhidos para essa função, em virtude da sua experiência em conflitos e em armamentos.

E aí aparece João. Do seu passado obscuro, alguns autores mencionam que sua terrível passagem pelo Cangaço lhe deu a alcunha de João Satã, tanta maldade era capaz de cometer durante sua vida de crimes. Pois esse sinistro

personagem se encantou ao ver a figura e séria magra de Antônio, e decidiu largar tudo aquilo para ter uma vida reta e justa ao lado do carismático Conselheiro. Este, impressionado pelas histórias de João e pela intensidade de sua conversão, passou a chama-lo dali em diante de João Abade. E pela sua coragem, dedicação e capacidade João Abade com o tempo passou a chefiar a guarda de Antônio e muito depois da cidade que viriam a construir juntos: Canudos.

Estão brevemente apresentados os dois personagens desse trabalho: Antônio Conselheiro e João Abade. Um legítimo representante do Messianismo e outro oriundo do Cangaço. Unidos e apoiados por milhares de seguidores, ambos iriam ainda por anos continuar sua vida de peregrinações até o momento em que, sob a liderança do profeta e asceta, decidiram construir Canudos, cidade para onde convergissem todos os seus seguidores atuais e futuros. E Canudos sob o comando de ambos prosperou. Do nada surgiu uma imponente cidade de 25.000 habitantes, que comparada com outras cidades da região, tinha um padrão de vida decente. Ninguém morria de fome, todos trabalhavam e as pessoas não paravam de chegar.

Seguindo regras por ele estabelecidas, Conselheiro construiu uma cidade estado com regras próprias. Entre tantos regimentos próprios por ele desenvolvidos, formalizou a existência de seu exército de seguranças, batizando-o de “Guarda Católica” e nomeando João Abade “Chefe da Guarda Católica”, ou “Comandante da Rua”. A paz dentro da localidade foi sempre seguida a risca, mas a Guarda seria utilizada em outro tipo de combate, que a eternizaria nos registros e nas lendas de todo um povo.

Pois assim sucedeu. Incomodados com a quantidade de camponeses que perdiam de seus territórios, os chefetes locais se uniram aos políticos de cidades próximas, que perdiam seu comércio para a próspera Canudos. Por motivo fútil, ambos os grupos se uniram e convenceram o governo (também incomodado) a enviar uma força militar para enquadrar Canudos. Favorecidos pelo conhecimento da região, a distância de grandes centros urbanos (o que dificultava a logística militar) e o conhecimento da guerra irregular obtido em anos de Cangaço, a valente Guarda Católica venceu sua primeira Guerra.

E assim aconteceu por meses a fio. Exércitos do governo cada vez mais fortes, bem armados e bem equipados, se chocavam contra João Abade e seus soldados e eram seguidamente derrotados. Verdade que os fatores geográficos e culturais desempenharam seu papel, assim como o despreparo das forças brasileiras. Mas isso só não explica o sucesso da Guarda Católica nessas guerras. Ainda que ao final derrotadas por números esmagadores, as lideranças de seus dois principais líderes, O Comandante da Rua e o Conselheiro, desempenharam também relevante papel. Mantiveram o povoado unido, motivado e combativo até o inevitável final. Como escreveu Euclides da Cunha (2009, p. 532):

“Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente da qual rugiam raivosamente cinco mil soldados”.

Muito se pode falar sobre esses dois líderes incríveis, que a história brasileira não destacou (afinal não é a história

escrita pelos vencedores?). Para se ater a matéria, será estudado como o Conselheiro, o Comandante da Rua e os demais líderes do povoado conceberam seu estado e quais as principais características do mesmo, o que sem dúvida forneceu a fortaleza e a retaguarda necessárias para que eles pudessem ter enfrentado um país inteiro por tanto tempo e infligido tantas derrotas e humilhações a recém-criada república brasileira, até finalmente serem todos exterminados por forças incomensuravelmente mais fortes. Serão abordados aspectos do estado canudista a partir tanto das teorias idealistas de estado, em especial àquela concebida por Platão, assim como das teorias realistas de estado, tanto as historicistas quanto as jusnaturalistas.

Esse é um estudo exploratório, que segundo Mattar (1996, p. 18) “visa prover o pesquisador de maior conhecimento sobre tema ou problema de pesquisa em perspectiva. Por isso, é apropriada para os primeiros estágios da investigação quando a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno por parte do pesquisador são, geralmente, poucos ou inexistentes”.

II. PROCEDIMENTOS

Esse artigo vai buscar demonstrar como uma pequena cidade estado (cidade estado sim, já que seguia regras próprias de conduta e ainda que não pretendesse se separar ou desafiar o poder constituído do Brasil, tinha sua estrutura de poder de forma independente, algumas vezes colaborativa e outras vezes conflituosa com o poder constituído na região pelos governos municipais, estaduais e nacional) conseguiu obter sua autonomia e foi relativamente bem sucedida sob a perspectiva econômica, militar e política durante o tempo que existiu, a partir das teorias do estado.

Por se tratar de um tema muito amplo com diversas correntes e pensadores que desenvolveram e demonstraram suas ideias, escolheu-se abordar a questão a partir de teorias realistas de estado, a saber o modelo clássico concebido por Aristóteles e o modelo jusnaturalista de Hobbes, assim como a teoria idealista do estado desenvolvida por Platão. Esses modelos serão explorados a seguir, e sustentados por exemplos (alguns, sem a menor pretensão de abordar toda a rica e extensa vivência de Canudos) do que ocorreu na cidade liderada pelos dois heróis anteriormente apresentados, o visionário Antônio e o aguerrido João Abade.

Esse estudo se trata de uma pesquisa exploratória, baseado em revisão da bibliografia. Para contextualizar e apresentar a história de Canudos, o autor utilizou da bibliografia disponível sobre a história do lendário conflito de Canudos, que além de ser restrita, é concebida majoritariamente pela visão dos vencedores, já que ninguém ou quase ninguém que lutou no exército do Comandante da Rua sobreviveu a guerra. O livro principal estudado foi o clássico “Os sertões: campanha de Canudos”, de Euclides da Cunha, complementado por alguns outros livros que tratam do desenvolvimento das pré-condições para a existência de Canudos e também das características do conflito.

Além disso para analisar essa história a partir das teorias de estado mencionadas, foram pesquisados os conceitos e textos de Platão (teoria idealista de estado), Aristóteles (teoria clássica de estado) e Hobbes (teoria jusnaturalista de estado) sobre o tema. Esses autores foram selecionados sem a pretensão de esgotar o tema, mas por serem reconhecidos pela academia como referências relevantes para o estudo do desenvolvimento do estado.

Dmitruk (2004, p. 68) complementa explicando que essa modalidade de pesquisa permite “a revisão, interpretação e crítica do conhecimento científico acumulado e também a geração de novas proposições de explicação e compreensão”. Dessa forma, a história, tal como descrita pelos livros que retratam a epopeia de Canudos é assim revisada e analisada a partir das teorias de estado propostas pelos autores selecionados.

III. RESULTADOS

3.1 - Teoria Clássica de Estado e Canudos

A teoria clássica de estado tal como a desenvolveu Aristóteles, busca responder a como nasceu o estado. Segundo o pensador, tal como descrito no livro de Barnes (2005) o homem é um animal político, e viver em sociedade é seu destino natural. Dessa forma, ele não conseguirá se realizar ou ser feliz caso não viva em sociedade. Em Canudos isso pode ser percebido desde antes de sua concepção, quando os sertanejos miseráveis de todo o Nordeste, trocavam uma vida sem esperança e miserável pelas promessas e sonhos de Conselheiro e o seguiam realizando boas obras, como a construção e reforma de igrejas e cemitérios, até finalmente se assentarem naquele pedaço de terra que veio a ser chamado de Canudos. Tanto apelo e sentimento de filiação gerou Antônio, que arrebanhou pessoas que de outra forma não é possível imaginar realizando ações nobres, como o seu comandante da rua, João Abade, famigerado cangaceiro. E o apelo permaneceu até o final, pois mesmo sendo atacada e destruída pelo exército brasileiro, Canudos recebeu milhares de pessoas até muito perto de ser completamente arrasada.

Avançando na teoria aristotélica, ela afirma que a primeira comunidade natural é a família, já que homem e mulher se unem e procriam, gerando descendentes. Esse reconhecimento está presente na aguerrida Canudos, que apesar de ter sido fundada nos confins do sertão, terra de gente sem lei e bandoleiros temíveis, sempre atraiu famílias para lá viverem, como foi anteriormente dito. E estas famílias sempre foram acolhidas e receberam um tratamento digno que não tinham em seus lares de origem, já que a visão conservadora de Antônio sempre reconheceu a importância do núcleo familiar para a evolução de Canudos. Ao contrário das cidades sem lei que a história apresenta em regiões de fronteira ou por demais miseráveis (como aquelas retratadas durante a expansão para o oeste dos Estados Unidos), Canudos era um ninho para a família nordestina. E a lei e a ordem eram garantidas dentro da cidade por João e sua Guarda Católica.

As famílias segundo a teoria clássica se unem em aldeias que depois com a união com outras aldeias (no caso de Canudos, pelo fluxo migratório de pessoas que para lá acorreram de todo o nordeste brasileiro) formam cidades. Segundo a referida teoria, o que caracteriza a cidade é que a vida é boa e ela é auto-suficiente.

Vamos então a Canudos. Como uma gestão bizarra para os olhos dos moradores de grandes centros urbanos, ela era dirigida por um líder messiânico, Antônio, e a moral e os bons costumes dentro da cidade eram assegurados pelo Chefe da Guarda Católica, o cangaceiro arrependido João Abade. Isso por si só já era relevante diferencial versus a vida do sertanejo convencional, que vivia sob constante medo e ameaça de tudo perder, ter seus bens expropriados pelo chefe local (o conhecido coronel) ou pelos bandos de

cangaceiros sanguinários que aterrorizavam o Nordeste de então.

E a vida não era só boa por isso. Produzindo localmente o que a terra era capaz de oferecer, Canudos era regida por um proto-comunismo, ainda que sem nenhum embasamento teórico, aonde a todos era assegurado o mínimo essencial para viver, a saber uma casa para morar (que era construída pela família que se unia a Canudos com o apoio dos já residentes) e alimentos para consumir (produzidos por todos e repartidos de acordo com sua necessidade). Moradores doentes eram amparados por curandeiros locais e pela reza do Conselheiro e dos beatos e beatas que o acompanhavam, o que se pouco amparo físico podia oferecer, fortalecia a moral do morador e do povoado.

As poucas trocas e comércio existentes eram realizados por alguns moradores com experiência no comércio, como os famosos irmãos Vila Nova. O crescimento do comércio local e as esporádicas negociações com cidades vizinhas foi uma das causas da queda de Canudos, pois como a valente cidade estado não pagava impostos, isso gerava cobiça e ressentimento do governo constituído, assim como a relativa riqueza da cidade era invejada pelos coronéis da região e pelas cidades oficialmente constituídas, que sentiam estarem perdendo prestígio, poder e sobretudo riqueza para Canudos. E uma divergência comercial entre Canudos e uma cidade vizinha que fez com que a primeira força militar avançasse contra a cidade. E ainda que derrotada, esse movimento deu início a guerra que terminou por destruir Canudos.

A teoria clássica concebida por Aristóteles termina na cidade estado, já que grandes nações não existiam na Grécia clássica em que ele viveu e o poder máximo era exercido e realizado nessas cidades. Essa característica de sua teoria serve com excelência para abordar a história canudista, que evoluiu até uma pequena cidade estado no sertão nordestino, que chegou a ter 25.000 habitantes. E como por aí ficou seu ciclo pode ser interpretado pelo ponto de vista aristotélico.

3.2 - Teoria Jusnaturalista de Estado e Canudos

O jusnaturalismo interpreta a teoria política a partir do “estado da natureza”. Para os jusnaturalistas, estado da natureza pode ser definido como os homens viviam antes da vida em sociedade. Nessa condição, o ser humano é livre e dispõe de uma igualdade com o outro. A desigualdade que hoje existe tem origem na constituição do estado e da lei civil.

Não é possível dizer que os miseráveis do Nordeste viviam em um estado da natureza por definição, porém grande parte do sofrimento que eles passavam era fruto das desigualdades econômico e sociais. Esmagados por uma carga de trabalho desumana e uma remuneração miserável, pouco ou nada tinham para sustentar sua família. Essa condição era reforçada já que os grandes proprietários eram apoiados e tinham sua legitimidade afirmada pelo governo constituído. Os representantes do movimento messiânico, como o Conselheiro, eram muito mal vistos pelas elites pois de certa forma se contrapunha a lei civil que sustentava o estado miserável da população, já que os seguidores do Conselheiro abandonavam suas vidas pregressas, enfraquecendo a mão de obra das fazendas e dos povoados da região, além de notoriamente Canudos não pagar os impostos. Como escreveu Nina Rodrigues (1939, apud Macedo e Maestri, 2004),

“As elites não admitem que a miséria popular se transforme em virtude religiosa. Quando tal fato ocorre, a

pobreza, anteriormente signo de inferioridade social, tende a ser tomada como condição de piedade, necessária para a salvação e como tal, torna-se elemento aglutinador das classes subalternas. Quando para os oprimidos e miseráveis a pobreza apresenta-se como qualidade moral, a riqueza e o luxo das elites transformam-se inversamente em símbolo de decadência e corrupção morais. Ou seja, a pregação espiritual ascética funciona também como denúncia das condições de vida das classes opulentas”.

Segundo o principal pensador jusnaturalista, Hobbes, que escreveu clássicos como “Do cidadão” (edição estudada foi aquela de 2002) e *Leviatã* (edição utilizada de 2003), no estado da natureza não há segurança necessária para a pessoa viver a sua vida, visto que os (escassos, no caso do nordeste brasileiro) objetos de desejo são desejados por todos. Mesmo não podendo afirmar que o sertão brasileiro vivia em um estado da natureza tal como definido por Hobbes, a semelhança aqui se faz, visto que além das arbitrariedades cometidas pelas autoridades, o sertão era infestado pelos temíveis cangaceiros, que assaltavam pessoas, fazendas e mesmo cidades inteiras. Era (quase) uma guerra de todos os homens contra todos os homens, tal como o estado da natureza hobbesiano. Nessas condições o que prevalece é o que os jusnaturalistas chamam de direito natural, que é o direito que cada ser humano tem de usar dos meios que achar conveniente para proteger a própria vida. Famosos eram os pobres nordestinos moradores do sertão, por alguma arma sempre portarem, seja arma de fogo, seja facão.

Hobbes diz que o homem supera isso através de algumas de suas paixões, a saber o medo da morte, a esperança em uma vida confortável e na sua própria razão. E não foi o que Canudos ofereceu? Com a Guarda Católica (ou Companhia de Bom Jesus), João Abade e seus cangaceiros convertidos protegiam os moradores da cidade estado de problemas internos e de ameaças externas. O modelo de repartir as produções da roça e do incipiente comércio de Canudos fornecia comida e moradia para todos, o que era sem dúvida uma vida muito mais confortável do que os sertanejos de Canudos jamais haviam experimentado. E a razão, era amplamente atendida pela pregação religiosa de Antônio. Por se tratar de uma população profundamente religiosa, sua interpretação da vida e dos problemas que enfrentavam era formatada de acordo com os dogmas católicos, logo a pregação conselheirista não só era compreendida como fazia sentido para esse povo que vivia no fim do mundo.

Hobbes explica então que os homens no estado da natureza (ou no estado de “quase” natureza, como era o caso do sertão nordestino), transferem o direito que eles possuíam de preservar a própria vida para o estado, através do que o jusnaturalismo chama de pacto social.

Já que o pacto social original (com o governo brasileiro) fracassou, o povo do sertão estabeleceu um novo pacto social, com as lideranças de Canudos. E pelo curto período em que esse pacto esteve vigente, Antônio e João não pouparam esforços para que ele funcionasse. Mais do que cidadãos brasileiros, os moradores de Canudos eram cidadãos de Canudos, segundo a definição hobbesiana (cidadãos se submetem a ordem vigente imposta pelo estado), o que reforça um dos pilares dessa monografia, que é considerar Canudos uma cidade estado em pleno século XIX.

3.3 - Teoria Idealista de Estado e Canudos

A teoria idealista de estado, que tem como um dos seus principais pensadores Platão (que a explorou em um de seus principais trabalhos, onde apresenta as características da república (edição de 1997) descreve o modelo ideal de estado, como ele deveria ser, quando não sujeito a transitoriedade, ao desgaste e a corrupção. Esse modelo cabe muito bem ao povo de Canudos, cidade concebida por um idealista, Antônio Conselheiro, que teve vida efêmera e assim não foi corrompido pelo desgaste e a corrupção que o tempo e a vida imprimem aos estados.

Platão em seus estudos estabelece que é possível delimitar formas possíveis de governo nos estados e para cada forma existe um contraponto, por ele chamado de forma degradada. No seu raciocínio, uma das formas é a monarquia (cuja forma degradada é a tirania), a aristocracia (a versão degradada é a tirania) e por último, a democracia, cuja forma degradada é a anarquia.

A teoria platônica sofre variações na história de Canudos, porém é possível reconhecer na visão de Antônio Conselheiro tanto a forma que ele imaginava ideal e sua forma degradada. Como o Brasil passava naquela época por uma transição do regime monárquico para o regime republicano, Conselheiro irá eleger como forma ideal de governo a monarquia. Contribuiu para isso sua visão com conotação profundamente religiosa que o imperador era alguém eleito por Deus para governar o povo. Como Macedo e Maestri escrevem (2004, p. 88):

“De modo similar, o Conselheiro defendia o direito divino dos reis e considerava falsos os princípios em que a república se baseava, por considerá-los ancorados apenas em ideias profanas, ou seja, não religiosas. Católico convicto, Antônio via na república uma ameaça a religião, em virtude da separação entre a igreja e o estado. Em seu modo de ver, a separação afetava os fundamentos da instituição do casamento. Parecia-lhe inadmissível que o matrimônio, um dos principais sacramentos da igreja, pudesse ter validade quando realizado fora do âmbito religioso e ser inválido quando não registrado civilmente, ainda que abençoado pela religião”.

Conselheiro e sua gente não reconhecia a autoridade republicana. Autoridade que foi ainda mais desprestigiada pelo aumento da cobrança de impostos realizada pela república, impostos esses que incidiram majoritariamente nos miseráveis sertanejos em detrimento às classes mais abastadas. Além da república não oferecer concretamente nenhuma garantia política aos direitos desses cidadãos, já que o direito a voto na época era exclusivo das classes mais favorecidas.

Sem ter nenhum vínculo mais estabelecido com a monarquia e com monarquistas de outras regiões (apesar de que isso foi extensamente propagado pela imprensa da época), Antônio via a forma ideal da monarquia sendo expulsa da vida brasileira e substituída pela forma degradada em sua visão da república.

E ele era sobretudo um homem de ação. Sua resposta está na própria constituição de Canudos. Sem pretensões nacionais, seus seguidores tinham a permissão e o incentivo para viver de acordo com as tradições ancestrais defendidas pelo seu líder.

Voltando a Platão, ele irá explicar que a forma ideal de estado é aquela onde existe a justiça, definida pelo pensador como a somatória de todas as virtudes. E tal justiça não se faz pelo medo. E Antônio, como já descrito anteriormente,

irá sobretudo constituir um estado justo para as condições socioeconômicas da época. Um local onde todos tinham direito a casa e a alimentação, podiam festejar de forma apropriada suas datas especiais, não pagavam impostos acachapantes a uma república por eles desconhecida e temida e eram unidos por um profundo fervor religioso. Com escreve Macedo,

“Belo Monte (denominação pelo qual os moradores chamavam Canudos), era apenas uma comunidade de pobres e excluídos que, apoiada na religião, realizava um ato de recusa rústica e coletiva da sociedade de classes da época, na tentativa de construção de mundo utópico em que todos viveriam do seu trabalho, praticando a solidariedade entre os homens e as mulheres”.

Platão em sua teoria de estado também dividirá o governo ideal em três partes. A parte racional está associada com os governantes. Esses governantes, que também podem ser chamados de filósofos, tem como principal objetivo e prazer a busca do conhecimento e da verdade. Nessa classe, sem dúvida em Canudos estava o próprio Antônio, líder incontestado do povoado e os beatos que com ele trabalhavam fundamentalmente com a pregação e o conforto do povo. E não por acaso, ao se pesquisar a história do Conselheiro, ele tinha uma formação muito superior a do sertanejo médio.

Logo a parte irascível do estado é composta segundo Platão pelos guerreiros, que obtém o principal prazer com as glórias conquistadas. E Canudos tinha seus guerreiros! Com João Abade à frente, a resistente e determinada Guarda Católica, composta por cangaceiros convertidos, punha ordem no povoado e conduziu com perícia e determinação a guerra que se prolongou por tanto tempo contra as forças de todo um país.

Por último Platão associa a classe dos agricultores comerciantes e artesãos com a parte apetitiva do estado, que buscam sobretudo os bens materiais. Ainda que com pretensões modestas (nada mais do que uma vida digna) essa classe era composta pela maioria dos habitantes de Canudos, tendo alguns expoentes que foram os comerciantes mais bem-sucedidos, como os irmãos Vilanova e a família Macambira.

E acima de todos, atendendo o que Platão dizia ser imprescindível, que era o cuidado com a coisa pública, sem jamais deixar os interesses próprios prevalecerem, estava ele. A lenda. Antônio Conselheiro, guardião da legítima res publica (coisa pública) de Canudos.

IV. CONCLUSÕES

Tamanha divergência de visões de mundo e conflitos de interesses não podiam sobreviver por tempo indefinido em um mesmo local. E assim a tragédia se abateu sobre o sertão brasileiro. A primeira expedição contra Canudos, composta por cerca de cem homens liderados por um tenente e motivada pela defesa de interesses dos coronéis e chefetes regionais, subestimou o poder bélico de Canudos e foi derrotada. A ela se sucedeu uma nova expedição, desta feita comandada por um major e composta por mais de quinhentos homens, que também não foi páreo para a coragem e a astúcia da Guarda Católica.

Duas derrotas consecutivas e tão humilhantes motivaram uma grande expedição, composta por mais de mil homens, fortemente armada e liderada por um coronel, Moreira César, com fama de ser o mais temível militar do Brasil, conhecido como o corta-cabeças. Derrotados novamente pela brava resistência de Canudos, abandonaram

suas armas, centenas de mortos entre os quais o próprio corta-cabeças. E então o inferno se abateu sobre Canudos.

A quarta e derradeira expedição, conduzida por generais e com milhares de soldados, passou por infinitas dificuldades, mas a absoluta e esmagadora superioridade de homens e armamentos por fim destruiu Canudos, não sem antes sem último defensor, portando o barrete da Guarda Católica e um machado, ter avançado sozinho contra todo o exército brasileiro.

A história tachou a história de Canudos como uma aberração e os seus defensores como seres bizarros de um mundo que não existia mais e que jamais deveria ter existido. Essa percepção teve início com o primeiro grande clássico sobre a tragédia, escrito por Euclides da Cunha, “Os Sertões”. E a memória brasileira, direcionada pela elite dirigente e tão carente e sem tradição de heróis, esqueceu que um dia, valorosos guerreiros comandados por João Abade e inspirados na carismática figura de Antônio, lutaram pela realização de um sonho de um sertão mais justo e digno para se viver.

O que esse artigo se propôs apresentar não foi uma defesa inconsequente dos canudistas, mas sim o reconhecimento da multiplicidade e da riqueza cultural, política, social, econômica e (porque não) militar de Canudos. Analisando e comparando o estado de efêmera vida liderado pelo Conselheiro, com as teorias de estado clássica, jusnaturalista e idealista, pode-se perceber que o sucesso e a resistência de Canudos não foram obra do acaso ou da incompetência do exército brasileiro.

Sem pretensões ou maiores referenciais teóricos os líderes de Canudos conceberam uma cidade estado com premissas, vida cotidiana e fundamentos muito diferentes do estado brasileiro a qual ela pertencia. Sob muitos aspectos uma alternativa que oferecia melhores condições materiais e espirituais para os seus moradores, quando comparadas a realidade por eles enfrentadas no inóspito sertão brasileiro.

E esta fortaleza permitiu que o arraial fosse fundado, prosperasse até certo ponto e quando confrontado com o seu destino, pudesse oferecer uma resistência que marcaram a história não apenas de Canudos, mas de todo o Brasil. E de Canudos, para aqueles interessados na história do Brasil, restou (como encontrado por Euclides da Cunha em um poema escrito por algum morador e recuperado por Macedo e Mastri, 2004, p. 82-83):

“Lá vão meus tristes ais
Nestas tuas mãos parar
Saudade e minhas lembranças
Vossa mercê quera escutar
Já se acabou meus gostos
Findosse minha alegria
Já se quebrou o espelho
Em que meus olhos ti viam
Quando eu de ti mi apartei
Nunca mais tive alegria
Somente porque não acho
Uma feliz companhia
(...)
O papel em que te escrevo
Saiu da palma da mão
A tinta saiu dos olhos
A pena – do coração”.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barnes, Jonathan. **Aristóteles**. São Paulo: Loyola, 2005.
- Cunha, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.
- Cunha, Euclides da. **Canudos**: diário de uma expedição. Rio de Janeiro: José Olympio: 1939.
- Dmitruk, Hilda Beatriz. **Cadernos Metodológicos**. Chapecó: Argos, 2004.
- Hobbes, Thomas. **Do cidadão**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- Hobbes, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Fontes, 2003.
- Macedo, José e Maestri, Mário. Belo Monte. São Paulo: Expressão Popular, 2006
- Mattar, Fauze N. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 1996.
- Platão. **A república de Platão**. São Paulo. Abril, 1997.
- Rodrigues, Nina. “**A loucura epidêmica de Canudos**”. In: As coletividades anormais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1939.
- Vargas Llosa, Mário. **A guerra do fim do mundo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VI.COPYRIGHT

Direitos autorais: Os autores são os únicos responsáveis pelo material incluído no artigo.